

Só a terapia do susto

PAULO LUSTOSA

5 FEV 1988

Um relatório recente do Banco Mundial informa que apenas 20 por cento dos recursos liberados pela instituição chegam efetivamente aos seus destinatários. O resto se perde em meio aos trâmites burocráticos. Um exemplo concreto: se o banco destinar um milhão de dólares aos flagelados da seca nordestina, a burocracia incumbida de repassar o auxílio morderá nada menos que 800 mil dólares.

Ao contrário do que possa parecer a um analista otimista, não se trata de fato isolado. A burocracia não apenas enlameia o cidadão: custa-lhe caro. Há grande perversão do fenômeno estatizante e removê-la é, a rigor, o grande desafio dos que estão verdadeiramente empenhados em restabelecer a democracia entre nós.

A eloquência dos números é impressionante: só para recolher o dinheiro do contribuinte, há, no Governo, além da poderosa Secretaria da Receita Federal nada menos que 383 órgãos operando nas áreas de tributação e arrecadação de impostos e taxas. Não é só: há 187 órgãos públicos respondendo por assuntos ligados à agricultura, 44 para habitação e 83 para esporte. São dados que exponho meio aleatoriamente, para que o leitor tenha uma pálida idéia do caráter crônico de uma moléstia que ataca os sucessivos governos brasileiros, de velhas e novas repúblicas: o déficit público. Tudo, obviamente, à custa do bolso do contribuinte.

O extinto Ministério da Desburocratização, do qual fui titular no início do Governo Sarney, mal teve tempo de esboçar uma estratégia de combate aos desmandos da máquina burocrática. Foi por ela devorado, muito embora, felizmente, não cessasse, dentro do Governo, a consciência de que aquela luta não poderia terminar. A recente declaração de guerra do Presidente Sarney ao déficit público reabre rigorosamente as mesmas questões levantadas àquele tempo. É preciso reduzir a voracidade da máquina administrativa, como ponto de partida para algo mais amplo e ousado: a privatização da economia brasileira.

É difícil imaginar, mesmo levando-se em conta os países so-

cialistas, uma economia mais atrelada a regulamentos, códigos e carimbos que a brasileira. Há dezenas e dezenas de conselhos e comissões, sustentados com o dinheiro do contribuinte, cuja única função (quando as têm, óbvio) é criar complicadores ao processo econômico.

Lembro-me de ter levantado, parcialmente ao tempo da Desburocratização, a existência de 47 órgãos dessa natureza. Havia (e há), por exemplo, um certo Conselho Nacional do Cavalo, que não se reúne jamais. Tentei extingui-lo, mas seus integrantes reagiram valentemente até o último coice. O resultado é que o Conselho sobreviveu. O mesmo ocorre em relação a uma certa Comissão Executiva do Sal, cuja característica principal é a de simplesmente não executar coisa alguma.

Cheguei a sugerir ao Presidente que, contra o poderoso instinto de sobrevivência da burocracia, só havia uma saída: adotar a terapia do susto. Consiste em extinguir, sem aviso prévio e de uma só penada, todos os órgãos comprovadamente inúteis, impedindo que lobbies irresistíveis organizem a reação.

Continuemos a dança dos números. Há 553 órgãos diferentes atuando na área da saúde, 339 na educação, 282 na indústria e comércio e 61 na área de crédito rural. Como imaginar alguma eficiência num quadro tão alucinado? O saudoso Presidente Juscelino Kubitschek dizia que, quando se queria deixar um assunto sem solução, não havia dúvida: bastava criar-se uma comissão ou conselho. E eles são abundantes na paisagem burocrática da nossa combalida e quase centenária República.

Entendo que a oportunidade histórica da Assembléia Nacional Constituinte deveria deflagrar uma campanha nacional de conscientização da sociedade para a luta contra a tirania burocrática. É preciso dotar o cidadão comum, aquele que sustenta com seus impostos o delírio da máquina administrativa, de uma santa ira, para que enfrente o gigantismo estatal. Sozinho, o Governo — este ou qualquer outro —, por mais bem intencionado, não triunfará. Os governos são transitórios e a burocracia permanente. A pressão renovado-

ra tem que vir de fora para dentro. E o motivo é muito simples: a máquina não tem autocritica e se acha do tamanho justo e da maior eficiência. Precisamos, com a maior urgência, deflagrar nossa **glasnost**.

Parece não haver dúvida de que a esmagadora maioria da sociedade brasileira optou pela economia de mercado. E essa opção, apesar de todos os conhecidos pesares, consta da atual Constituição e do anteprojeto que será votado em termos conclusivos pelo plenário da Assembléia Constituinte. Não é, no entanto, o que ocorre na vida real, onde o intervencionismo estatal reina soberano e onipresente. Um exemplo: a França, nos dois primeiros anos da experiência socialista de François Mitterrand, exibiu, sob os protestos da iniciativa privada internacional, um grau de intervencionismo do Estado na economia em torno de 30 por cento.

Pois bem: nosso Brasil **capitalista** tem sua economia controlada pelo Estado em mais de 70 por cento...

Se queremos soluções capitalistas para os nossos desafios econômicos e sociais — algo que tem sido buscado até por países comunistas como União Soviética e China —, não podemos perder mais tempo. Impõe-se, desde já, um amplo processo de privatização. E o primeiro passo, sem dúvida, é a desburocratização, a redução dos tentáculos do Estado, a desregulamentação da economia.

Precisamos sepultar, de vez, a **República dos Alvarás**, maldição que nos persegue desde o Descobrimento (a carta de Pero Vaz Caminha é um trágico símbolo da alma burocrática nacional!). Sem isso, a opção pelo regime democrático (algo inseparável da economia de mercado) será letra morta, nesta ou em qualquer outra Constituição.

O Governo Sarney não pode desperdiçar a oportunidade que o destino lhe oferece de promover a maior revolução (possivelmente a única) da História do Brasil: a revolução da cidadania — que se resume no conceito de que “quanto menos governo, melhor”.

Paulo Lustosa é presidente do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresas.